

## CONSTRUÇÕES INTERROGATIVAS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO PORTUGUÊS DO BRASIL \*

CARLOS MIOTO  
(UFV - Doutorado UNICAMP)

### 0. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as construções interrogativas em três línguas: o espanhol (E), o português europeu (PE) e o português do Brasil (PB). Para as duas primeiras, são apresentadas análises já realizadas e para o PB uma análise é delineada em termos da Teoria da Vinculação Temática (TVT) desenvolvida por Rouveret (1987). Esta opção é escolhida para o PB a partir de breve discussão sobre os problemas das análises, a de Torrego (1984) e a de Ambar (1987), quando se pretende estender às outras duas línguas: as hipóteses que subjazem à análise para uma determinada língua tornam-na problemática para outra.

Os dois pontos enfocados envolvem a anteposição do verbo e as possibilidades de extração da expressão QU interrogativa de ilhas interrogativas. Em ambos os pontos o princípio da Teoria da Regência e Vinculação (TRV) crucialmente envolvido é o Princípio das Categorias Vazias (PCV) no que diz respeito à regência própria da categoria vazia (cv) coindexada com a expressão interrogativa. Como as três línguas apresentam comportamentos diferentes relativamente aos dois problemas, ajustes seriam necessários para que as construções interrogativas se submetessem ao PCV. Quando se adota a TVT, que não dispõe do PCV (e do módulo Caso), outros são os princípios, como veremos.

O trabalho é organizado da seguinte forma: na seção 1 são co-

---

\* Agradeço a Charlotte Galves que orientou as leituras que desembocaram neste trabalho e que proporcionou comentários valiosos para ele. Agradeço também às colegas Cristina e Laila que o leram e sugeriram mudanças. Os equívocos remanescentes são de minha responsabilidade.

locados o problema e o comportamento das três línguas; na seção 2 apresentamos as análises de Torrego (1984) para o E e de Ambar (1987) para o PE, ambas elaboradas a partir da TRV; na seção 3, apresentamos a análise de Rouveret (1987) para o E e o PE; na seção 4, delineamos uma análise para o PB a partir da TVT; e na seção 5 terá lugar uma breve conclusão.

## 1. O PROBLEMA

Há dois fenômenos principais que queremos abordar nesse estudo, relacionados com as construções interrogativas. O primeiro refere-se à anteposição do verbo, exemplificadas em

- (1) a. O que queriam os meninos?  
b. [<sub>S'</sub>O que<sub>i</sub> [<sub>S</sub>queriam<sub>n</sub>[<sub>S</sub>os meninos cv<sub>n</sub> cv<sub>i</sub>]]]

Em certos contextos essa anteposição é obrigatória no E e no PE, ao passo que no PB ela nunca é obrigatória.

O segundo fenômeno envolve as possibilidades de extrair uma expressão interrogativa de ilhas QU nas três línguas, tal como ilustrado por

- (2) a. O que<sub>i</sub> você não sabe [<sub>S'</sub> quem<sub>j</sub> cv<sub>j</sub> comprou cv<sub>i</sub>]  
b. Quem<sub>j</sub> você não sabe [<sub>S'</sub> o que<sub>i</sub> cv<sub>i</sub> comprou cv<sub>j</sub>]

Quanto ao primeiro fenômeno, o comportamento do E está refletido nas generalizações contidas em

- (3) a. a anteposição é obrigatória se a expressão QU em Comp corresponde a um argumento temático do verbo;  
b. o comportamento é homogêneo nas interrogativas diretas (ID) e nas indiretas (II);  
c. a antecipação é desencadeada obrigatoriamente em cada S' por cujo Comp transita a expressão QU.

O PE também apresenta contextos de anteposição obrigatória mas eles não coincidem com os do E, como vemos em

- (4) a. a anteposição do verbo é obrigatória se a expressão em Comp é o **que** (neutro)

- b. se a expressão em Comp for **o que, quem, onde, como, quando** (doravante expressão (P)QU), o verbo é obrigatoriamente anteposto somente nas ID;
- c. se a expressão em Comp for do tipo **que livros** (doravante expressão (P)QU N), a anteposição do verbo é opcional.

Por sua vez, o PB exibe um comportamento que pode ser generalizado como

- (5) O verbo nunca é obrigatoriamente anteposto nas construções QU interrogativas.

Essas generalizações podem ser globalmente visualizadas no quadro comparativo (6).

- (6) Anteposição obrigatória do verbo

	temático				não temático				que
	(P)QU N		(P)QU		(P)QU N		(P)QU		
	ID	II	ID	II	ID	II	ID	II	
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	+	-	-	-	+	-	+
E	+	+	+	+	-	-	-	-	-

O segundo fenômeno transparece no seguinte quadro

- (7) Possibilidade de extração da expressão QU de ilhas interrogativas

QU extraf- da	Expressão que introduz a ilha QU											
	AE			AI			AD			Adj		
	PB	PE	E	PB	PE	E	PB	PE	E	PB	PE	E
AE	...	...	...	+	+-	+	+	+-	+	+	+-	+
AI	+	+	-	...	...	...	+	+	-	+	+	+
AD	+	+	+	+	+	+	...	...	...	+	+	+
Adj	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Esse quadro representa sentenças como as de (2) onde se podem mudar as expressões QU de acordo com as combinações desejadas. O ponto em comum em (7) é que nas três línguas não é permitido extrair uma expressão QU não temática do verbo (=Adj) de uma ilha interrogativa, qualquer que seja a natureza temática da expressão que introduz a ilha. Por sua vez, o E proíbe a extração do argumento interno, a não ser que extraído de uma ilha introduzida por Adj; e o PE, para a maioria dos falantes (segundo Rouveret) não permite a extração do AE.

Devemos ter em mente que esses casos não ensejam violação da Subjacência. Nas três línguas, os nódulos que contam como barreira para a Subjacência são S' e N''. Desse modo, a expressão QU extraída da ilha só transpõe uma fronteira (=S').

## 2. ANÁLISES DENTRO DA TRV

As construções envolvendo a anteposição do verbo e a extração de expressões QU de ilhas interrogativas despertam interesse na medida em que têm de se submeter ao PCV, que estabelece que toda cv [-pronominal], aí incluída a cv coindexada com a expressão QU em Comp, tem de ser propriamente regida. Regência própria se define assim:

### (8) Regência Própria

$\alpha$  rege propriamente  $\beta$  se, e somente se,

(i)  $\alpha$  rege  $\beta$ , e

(ii)  $\alpha$  é lexical, ou

$\alpha$  é coindexado com  $\beta$

A disjunção em (ii) é necessária para abranger a regência própria do complemento de uma cabeça lexical e a regência própria da cv não interna a V'' tal como o sujeito e o adjunto. Os dois tipos de regência própria abrangidos por (ii) supõem que os elementos envolvidos estão numa relação de localidade não havendo interveniência de fronteira de projeção máxima.

Frente a esse princípio, consideremos a configuração (9) resultante da anteposição do verbo, isto é, da adjunção de V a S (semelhante a (1));

(9)  $\{S, QU_i [V_n [S N''_j [V'' [V^v]_n [N''v]_i ] ] ] ]\}$

O problema, então, é que  $[N''v]_i$  tem de submeter-se ao PCV. O requisito

da regência lexical não se cumpre:  $[_{V}v]_n$  não é lexical e  $V_n$ , embora lexical, não se encontra no domínio de localidade exigido pela regência, uma vez que se interpõe a fronteira de projeção máxima  $V''$  em (9). A regência por coindexação, que passaria a estender-se à posição de objeto, enfrenta o mesmo problema: a não ser que se descaracterize  $V''$  como barreira para a regência,  $QU_i$  não regeria propriamente  $[_{N''}v]_i$ .

Agora, observemos (10) em que  $S'_2$  representa a ilha de onde é extraída  $QU_i$  (semelhante às sentenças de (2)).

(10) a.  $[S'_1 QU_i [S \dots [S'_2 QU_j [_{N''}v]_{i,j} V[_{N''}v]_{j,i}]]]$

b.  $[S'_1 QU_i [S \dots [S'_2 QU_j [S V_n [S [_{N''}v]_{i,j} [_{V}v]_n [_{N''}v]_{j,i}]]]]]$

Imaginemos que as configurações de (10) possam representar sentenças bem formadas em alguma língua onde S não conta como barreira para a Subjacência. Se a regência própria por antecedente pode ser invocada para a cv coindexada com  $QU_j$  não haverá problemas para PCV. Porém, a regência por antecedente deve ser desativada para a cv coindexada com  $QU_i$  já que  $S'_2$  (com seu Comp já preenchido por  $QU_j$ ) intervém anulando a condição de localidade entre  $QU_i$  e a cv coindexada com ele. Neste último caso, o PCV só pode ser satisfeito mediante a regência lexical.

Em (10.a), onde não houve a anteposição do verbo da  $S'$  encaixada, a cv objeto é propriamente regida pelo verbo (v) *in situ*. Mas quando se trata da cv sujeito coindexada com  $QU_i$ , para (10.a) ser permitido, temos de admitir que a cv é lexicalmente regida (por exemplo, numa língua de inversão livre, a extração de  $QU_i$  sujeito pode ser feita da posição pós-verbal, lexicalmente regida). Do contrário, (10.a) seria rejeitada pelo PCV.

Para (10.b), em cuja S encaixada operou-se a anteposição do verbo, a regência lexical da cv sujeito poderia ser assegurada se fosse admitido que  $V_n$  tem acesso à posição pós-verbal do sujeito. Entretanto, não haverá regente lexical disponível para a cv objeto. De novo, se (10.b) é uma representação bem formada, é necessário reformular o PCV. Veremos como as análises apresentadas a seguir tratam dessas questões.

## 2.1. A Análise de Torrego (1984)

A análise de Torrego, realizada para os dados do E, trata das generalizações de (3) seguindo um percurso que pode ser decomposto nos seguintes passos:

- admissão de que em (9)  $[\sqrt{v}]_n$  rege  $[N''v]_i$ , embora não propriamente (donde provém o caso exigido pela variável);
- admissão de que o verbo anteposto vai reger a expressão QU em Comp;
- reformulação (enfraquecimento) da regência própria, como se segue

(11) Regência Própria

- $[\alpha v]$  é propriamente regido se, e somente se,
- (a) existe um X tal que X rege  $[\alpha v]$ ; ou
  - (b)  $[\alpha v]$  pertence a uma cadeia  $C = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$  tal que
    - (i) para todo  $i, \alpha_i$  é regido
    - (ii)  $n > 1$ .

Em termos informais, a regência própria de  $[\alpha v]$ , à falta de regente lexical, é assegurada quando os elementos pertencentes à cadeia C são regidos. Isto explica a gramaticalidade de sentenças representadas em (9) com o verbo anteposto e com deslocamento local da expressão QU (sem recorrer diretamente à regência por coindexação) como

(12) Qué querían esos dos?

Quando a expressão QU é extraída de uma ilha interrogativa, o recurso à cadeia não é disponível, dado que a interposição de S' interrompe a formação de cadeia. Desse modo, como mostrado acima, a alternativa que resta para assegurar a regência própria da cv é a regência lexical. Ora, para o argumento interno isso só é possível com a permanência do verbo **in situ**. Portanto, como vemos no quadro (7), a expressão QU correspondente ao argumento interno só pode ser extraída de uma ilha interrogativa introduzida por um adjunto, o único elemento QU que não acarreta a anteposição do verbo encaixado; o argumento externo pode ser extraído de qualquer ilha interrogativa: onde há anteposição do verbo, obrigatória ou optativa, este passa a reger propriamente a posição sujeito.

Críticas formuladas à análise de Torrego: não oferece justificção para o carácter obrigatório da anteposição do verbo e resulta, em última análise, numa negação do PCV, pois a anteposição do verbo priva a variável de seu regente lexical, ambas críticas de Rouveret (1987); não descreve de maneira satisfatória o comportamento das expressões QU adjuntas, cujos vestígios só são propriamente regidos por antecedência, possibilidade não prevista pelo princípio (11), crítica de Aoun (1986). Esta análise, que curiosamente se adequa ao carácter optativo da anteposição do verbo no PB, não explica por que é agramatical uma sentença com o verbo **in situ** e uma expressão QU temática do verbo em Comp. Em outras pala-

vras, não responde à pergunta: Por que não é suficiente, em certas interrogativas, que a variável seja lexicalmente regida?

### 2.3. A análise de Ambar (1987)

A análise de Ambar, elaborada para o PE, procura proporcionar, de certa forma, resposta para a pergunta acima. Apóia-se na hipótese de que há uma cv = pro, bem como um traço semântico afeito à referencialidade associados a certas expressões QU. Assim, é possível traçar, entre essas expressões, as distinções pertinentes ao desencadeamento da anteposição do verbo:

- (13) a. que = [QUE [v]-r]
- b. o que = [QUE [v]+específico]
- quem = [QUE [v]+humano]
- onde = [QUE [v]+lugar]
- c. que menino (sem cv)

A anteposição do verbo é exigida para reger a posição Comp que contém a cv necessitada de identificação, se não há outro elemento que realize tal função. Com expressões do tipo (13.c) a anteposição não é obrigatória (na verdade Ambar afirma que a ordem verbo-sujeito resulta da posposição (livre) do sujeito), pois não há [v] em questão (ver (4.c)).

O comportamento divergente associado às sentenças que contêm a expressão de (13.a) e as (13.b) decorre da (im)possibilidade de se aplicar uma regra de Absorção da cv: apenas nessas últimas a regra se aplica. Assim, as expressões de (13.b) exigem a anteposição do verbo nas ID (ver (4.b)) para que ele reja a posição Comp e identifique a cv; nas II, a anteposição não é necessária pois o verbo matriz dá conta da regência de Comp e da identificação da cv. Por sua vez, o **que**, não absorvendo a cv, exige a anteposição do verbo tanto nas ID como nas II (ver (4.a)). É que, não havendo a absorção, um verbo à esquerda de **QUE [v]**, como o verbo matriz nas II, não tem acesso à cv para identificá-la, dada a interveniência de **QUE** (isto explica também por que o **que** (áttono) não pode permanecer *in situ*).

O problema agora é mostrar como a análise interage com o PCV. Ambar mantém a formulação original do PCV assumindo uma assimetria entre regência lexical e regência por antecedente: esta última, ao contrário da primeira, opera através da projeção máxima V''. Deste modo, [N''v] em (9) é propriamente regido por estar coindexado localmente

com a expressão QU em Comp.

Quando não se verifica a vinculação local entre os elementos coindexados, outra vez, só a regência lexical é disponível para satisfazer o PCV. São imediatas as conseqüências disto para as possibilidades de extração de expressões QU de ilhas interrogativas: operando-se anteposição do verbo na S' encaixada (quando a ilha é introduzida pelo **que**), as variáveis correspondentes ao argumento externo (aqui há discordância com Torrego no **que** diz respeito à possibilidade de o verbo anteposto reger propriamente a cv sujeito) e ao argumento interno não satisfazem o PCV e as sentenças seriam agramaticais; quando, ao contrário, o verbo não é anteposto, as variáveis em posição de sujeito e de objeto são propriamente regidas: a variável em posição de sujeito é propriamente regida por concordância (Conc) se esta é regida pelo Comp encaixado.

Críticas formuladas à análise de Ambar: a Regra de Absorção implica retrocesso teórico, crítica de Rouveret (1987); a regência própria por coindexação da cv objeto transpõe a fronteira V'' afetando diretamente a localidade requerida pela definição de regência; e, por fim, parece em desacordo com o espírito do PCV que o verbo deixe de reger lexicalmente uma variável, cv não pronominal necessitada de regência própria, para reger (identificar) propriamente um pro, cv não necessitada de regência tão forte. Por outro lado, não é cristalino, empiricamente, postular uma cv pronominal ([-anafórica]) para o **que**, por exemplo, numa posição que nunca pode ser preenchida por um elemento lexical.

### 3. ANÁLISE DE ROUVERET (1987) A PARTIR DA TVT

Os princípios da TVT pertinentes para o estudo das construções interrogativas, além de duas definições de cadeia, são o Princípio da Regência (PR), Princípio de Intersecção Mínima (PIM) e o Princípio de Identificação Lexical (PIL), assim formulados:

#### (14) PR

“Todo N'' lexical pertence a uma cadeia de regência CR, isto é, ou  
(i) ocupa uma posição regida por uma categoria [ $\alpha$  N,  $\beta$  V] ou  
(ii) e vinculado a uma tal posição” (p.101)

#### (15) Cadeias

##### a. CR

“C = ( $\alpha^1, \dots, \alpha^n$ ) é uma CR em estrutura S se, e somente se,

- (i) para todo  $\alpha^i$ ,  $1 < \alpha^i \leq n$ ,  $\alpha^i$  é uma posição A;  $\alpha^1$  é uma posição A ou uma posição A';
- (ii) para todo par  $(\alpha^i, \alpha^{i+1})$   $\alpha^i$  é o vinculador local de  $\alpha^{i+1}$ ;
- (iii) existe ao menos um  $j$ , tal que  $\alpha^j$  é o lugar de realização de um elemento de conteúdo;
- (iv) para todo  $k$ ,  $\alpha^k$  é uma posição dotada de um índice constante.”  
(p. 185)

#### b. Cadeia [+V]

“C =  $(\alpha_1, \dots, \alpha_n)$  é uma cadeia [+V] se, e somente se,

- (i)  $\alpha_j$  é coindexado com  $\alpha_{j+1}$ ,  $i \geq 1$ ;
- (ii)  $\alpha_j$  c-comanda  $\alpha_{i+1}$ ;
- (iii)  $\alpha_j$  é uma posição [+V];
- (iv) para um  $\alpha_j$ ,  $\alpha_j$  é lexicalmente (fonologicamente) realizado;
- (v) para todo  $i$ ,  $\alpha_i$  é dominado por um  $\alpha^n$ , projeção máxima de  $\alpha$ .” (p.329)

Por enquanto, é suficiente perceber que o PR é um princípio que legitima os N” lexicais apenas em duas situações: ou eles se encontram numa posição regida ou estão relacionados a uma tal posição. Por este princípio, as expressões QU devem pertencer a uma CR, o que acontece se forem regidas (caso contrário, como veremos, a expressão QU estará em relação de predicação com a S c-comandada).

#### (16) PIM

“Todo elemento de conteúdo lexical  $\alpha_j$  pertence a uma cadeia de regência  $CR_1$  intersectando uma posição temática  $th_j$ ,  $CR_j$  &  $th_j$  tal que

- (i) CR é mínima: não existe  $CR'_i$ ,  $CR'_i$  subsequência própria de  $CR_i$ , tal que  $CR'_i$  intersecta igualmente  $th_j$ ;
- (ii) para toda posição temática  $th_j$  intersectada por  $CR_i$ ,  $th'_j$  disjunta de  $th_j$ :  $th_j$  e  $th'_j$  são disjuntas se, e somente se, são dependentes de cabeças lexicais distintas”. (p. 196)

Este princípio estabelece que uma expressão QU, se for elemento de conteúdo, deve intersectar uma posição temática, ou estando *in situ* ou na posição [Espec. C’], em ambos os casos pertencendo a uma CR.

(17) PIL

“Toda posição A é lexicalmente identificada.

(Dada uma representação em estrutura S, uma posição  $A = X_i^a$  é lexicalmente identificada se, e somente se,  $X_i^a$  é identificada como lexicalmente dependente de uma cabeça lexical Y, isto é, se  $X_i^a$  é formalmente definida como a representação sintática de um lugar de argumento  $\alpha$  da categoria operador  $\Omega$  de que Y é a projeção em sintaxe.)” (p.85-86)

Para Rouveret, o verbo contém traços argumentais x, y, z, que devem ser relacionados com os vários lugares de argumento, os lugares do sujeito, do objeto e do argumento dativo. Uma posição A só é lexicalmente identificada se a relação entre os traços e os lugares de argumento é possível de ser implementada, o que se verifica através das seguintes estratégias:

(18) Estratégias de Identificação Lexical

a. Estratégia da Vinculação Temática:

identifica uma posição  $N''$  interna a  $V''$  (nas línguas em que  $S = V''$  identifica também a posição sujeito) que tem acesso a um traço argumental próprio de V (de  $V'$  ou de  $V''$ ). Tal lugar é [+R] e a cv é um pro [-an, +pro]. Estando um clítico presente, este e a posição identificada devem encontrar-se dentro da mesma projeção máxima.

b. Estratégia Configuracional:

“Numa configuração  $\dots(N_k^a)\dots X^u \dots (N_k^a)$  onde X designa uma cabeça lexical V ou uma de suas projeções,  $u$  o traço argumental indireto  $y$  ou um traço argumental direto  $x$  e  $N_k^a$  uma posição interna ou externa a  $V''$ ,  $N_k^a$  é identificado configuracionalmente se, e somente se,

ou (i)  $k$  e  $u$  satisfazem a condição de Biunivocidade (=  $k$  é o único índice referencial que i-comanda o traço  $u$ , isto é, na estrutura S  $k$  e  $u$  estão dentro da mesma projeção máxima e nenhum domina o outro) e  $u$  é o único traço argumental i-comandado por  $k$ ;

ou (ii) não existe nenhuma posição  $N_j^a$ , tal que  $j$  i-comanda  $y$ , mas não i-comanda  $x$ .” (p.225)

Um lugar identificado configuracionalmente é [+R] e a cv é [+an, +pro] = PRO ou [-an, +pro] = pro “degenerado”. Por essa estratégia, podem ser identificadas as posições internas a  $V''$  (sempre [-an] ou a posição sujeito ([+/-an])).

- c. **Estratégia por traço de subcategorização do verbo (traço S-C):** é disponível somente para identificar as posições vazias internas a V'' afetadas por um índice variável na estrutura L (lexical). Um lugar identificado por traço S-C de V (—N'' ou —P'') é [-R]. A cv é [+an, -pro] = variável localmente vinculada (ou um vestígio de N'') e o índice variável é reescrito j; ou a cv é [-an, +pro] = pro arbitrário ou expletivo, e o índice variável é reescrito arb.
- d. **Estratégia posicional:** é disponível somente para a identificação das posições vazias externas a V'' afetadas por um índice variável na estrutura L. Um lugar identificado posicionalmente é [-R]. A cv é [+an, -pro] = variável localmente vinculada (ou vestígio de N''). O índice variável é reescrito j.

Basicamente, deixando de lado a estratégia (18.a), a posição de sujeito pode ser identificada configuracionalmente ou posicionalmente. Quando se trata da expressão QU e da cv correspondente, apenas um lugar de argumento identificado posicionalmente exige vinculador local. Por sua vez, as posições internas a V'' podem ser identificadas configuracionalmente ou por traço S-C. A exigência de vinculador local está envolvida apenas na estratégia por traço S-C.

A atuação desses princípios aparecerá ao longo da exposição que não dispensará contato com a obra de Rouveret. De imediato, frisamos que a TVT não dispõe do PCV. Suas funções são desempenhadas pelo PIL, princípio afeito a legitimação das posições lexicalmente (ou tematicamente) dependentes de um cabeça lexical quer sejam elas preenchidas ou não por elemento lexical. Esse princípio, que não exige necessariamente a presença adjacente de regente lexical (nem a presença local de antecedente) para a cv, não enfrenta os problemas que a anteposição do verbo causa para o PCV. Ao mesmo tempo, para TVT não existe regência (própria) por co-indexação: este é um fenômeno típico da vinculação, não da regência.

A hipótese que subjaz à análise pode ser formulada em duas partes: 1. a natureza das dependências lexicais e os princípios que asseguram sua realização são relativamente invariáveis nas línguas; e 2. a fonte de variação deve ser buscada na organização estrutural das línguas particulares e nos parâmetros relacionados às categorias e suas projeções. Desse modo, as diferenças de comportamento entre o E e o PE apontadas em (6) e (7) decorrem do estatuto que Flexão (F) e Comp têm nas duas línguas. A anteposição do verbo é permitida em ambas as línguas em decorrência de V'' ser uma categoria transparente. Essas propriedades são derivadas da análise de vários fenômenos próprios dessas línguas.

No E, F não é especificado por nenhum traço [ $\omega$  tempo,  $\omega$  Conc]. Assim definida, uma categoria não pode funcionar como cabeça autêntica, sendo uma cabeça "degenerada"; não pode, portanto, funcionar como regente da posição Comp. Comp, por sua vez, não é analisado como cabeça, mas como Especificador (Espec) de domínio. Desse modo, não é acessível à regência de um V externo a esse domínio.

No PE, F e Comp funcional como cabeça de suas respectivas projeções máximas. A primeira é especificada pelo traço [ $\omega$  tempo] e, embora não seja uma categoria defectiva como no E, não se capacita como regente da posição Comp pela falta do traço [ $\omega$  Conc], diretamente gerado em V. Comp, sendo cabeça de C'', é acessível à regência por um verbo externo a C'' e, quando ocupado por material lexical, recebe obrigatoriamente a especificação [-tempo] proveniente de F. O efeito disso é descharacterizar como barreira os domínios c-comandados por Comp e as consequências transparecerão nas análises expostas resumidamente abaixo.

### 3.1. Construções interrogativas QU no E

Um dos problemas dessa seção é explicar por que no E uma sentença interrogativa é agramatical sem a anteposição do verbo, se a expressão QU é um dependente lexical ou temático do verbo. Observemos

- (19) a.\* (No te acuerdas) qué esos dos querían?  
 b.\* a quién Juan prestó el diccionario?  
 c.\* e quién Juan pensaba?

(20) (V)[ $S'$ (P)QU; $S$  N'' [F][ $v''$  V[ $x''v$ ] $_i$  ]]

(20) é a representação estrutural de (19): (V) indica que pode tratar-se de ID ou II; [ $x''v$ ] indica que pode tratar-se da categoria N'' ou P'', desde que argumento temático do verbo. As sentenças de (19) são agramaticais porque não satisfazem o PR ou o PIM: a expressão QU, um elemento de conteúdo lexical, não pertence a uma CR intersectando a posição temática [ $x''v$ ]. Para que pertença a uma CR é preciso que a expressão QU seja regida. Ora, F, candidato a regente interno a S', não rege pois é uma cabeça "degenerada" no E; além disso, o verbo externo a S' não rege a posição Comp<sup>1</sup> pois esta funciona como Espec de S' e não como cabeça.

Por outro lado, em

(21) (V)[ $S'$ (P)QU; $S$ V $_n$ [ $S$ N''[F][ $v''$ { $v$ } $_n$ [ $x''v$ ] $_i$  ]]]]

a posição ocupada pela expressão QU é regida pelo verbo anteposto, satisfazendo as condições que permitem sua integração numa CR. Assim, a expressão QU intersecta uma posição temática X'' e o PIM é satisfeito.

Resta ainda aferir se (21) se submete ao PIL. Dentre as várias estratégias disponíveis para operar a identificação de [ $\chi''v$ ], a pertinente é a que identifica a posição pelo traço S-C próprio da cabeça verbal, como um lugar [-R, +an]. Essa estratégia se constrói a partir dos seguintes passos:

- com a anteposição do verbo forma-se um complexo [(P)QU<sub>i</sub>, V<sub>n</sub>] no interior do qual são satisfeitas, pela expressão QU, as propriedades lexicais e categoriais do verbo;
- a posição A [ $\chi''v$ ] é regida pela posição [ $\sqrt{v}$ ] que identifica a primeira como o lugar de uma anáfora vinculada obrigatoriamente por um antecedente A';
- no caso de o argumento de V ser do tipo N'', o traço argumental que corresponde ao argumento direto é acoplado à expressão QU dentro do complexo; no caso de o argumento ser do tipo P'' (ou dativo), um traço de subcategorização atua de forma semelhante.

Desse modo, a identificação de [ $\chi''v$ ] não é realizada unicamente por [ $\sqrt{v}$ ], mas depende da relação com o complexo. Conseqüência dessa análise é que a posição Comp é concebida como uma posição A em relação estreita com o verbo anteposto. Esta análise dá conta de (3.c) se concebemos que a expressão QU<sup>2</sup> deixa vestígios nos Comp intermediários por onde transita.

Uma expressão QU que não é dependente temático do verbo não exige anteposição dele. Se bem que dotada de conteúdo lógico inerente, uma expressão do tipo **cuánto**, **por qué**, **cuándo** não se qualifica como elemento de conteúdo lexical. Assim sendo, ela não precisa ser regida, nem precisa pertencer a uma CR e nem satisfazer o PIM. A cv coindexada com a expressão QU em Comp é legitimada por sua relação local com o antecedente. Daí as expressões QU adjuntas não poderem ser extraídas de ilhas interrogativas.

Quanto à possibilidade de extração de ilhas interrogativas, uma expressão QU só pode ser extraída se a posição de origem for identificável, pelo menos, como [-an]. Considerando as duas alternativas segundo as quais a anteposição do verbo tenha ou não operado na S' encaixada, temos as seguintes opções:

1. com anteposição do verbo: as posições de argumento externo e dativo podem ser identificadas configuracionalmente como [(+R), -an] e a cv é

- um pro “degenerado” interpretado como variável; a posição de argumento interno só pode ser identificada como [(-R), +an], lugar de uma variável anafórica e, dado que a expressão QU antecedente não se encontra no domínio de localidade requerido, a extração é bloqueada.
2. com o verbo encaixado **in situ**: posição de argumento interno pode ser identificada por traço de S-C como [(-R), -an] e o antecedente pode vincular à distância a cv. Daí, a explicação para os dados

- (22) a. Quién no recuerdas qué película dirigió en el cincuenta y uno?  
b. \*Qué película no recuerdas quién dirigió en el cincuenta y uno?  
c. Qué dices que no te explicas por qué Juan se habrá comprado?  
d. A quién no sabías qué diccionario le había devuelto Celia?

Note-se que apenas em (22.c) a anteposição do verbo encaixado não se desencadeou: é que **por qué** não é dependente temático de **comprar** e esse verbo **in situ** possibilita a identificação por traço S-C, como um lugar [-an], da posição do argumento interno. A cv equivale a um pro (arb) interpretado como variável vinculada à distância (ver (18.c)). Nos outros exemplos de (22) a anteposição do verbo é obrigatória na S' encaixada: a expressão QU é temática e não regida pelo verbo matriz. (22.a) e (22.d) são gramaticais porque o E dispõe da estratégia de identificação configuracional para o argumento externo e dativo e as posições respectivas podem ser identificadas como [-an]. Porém, para a posição de argumento interno só existem duas possibilidades de identificação como [-an]: a primeira por meio do traço S-C somente se o verbo permanece **in situ**, o que não ocorre em (22.b); a segunda por meio da estratégia configuracional, disponível para uma língua (de objeto nulo) em que sujeito é externo a S (=F", ver discussão relacionada como o exemplo (30)). Como nenhuma das duas estratégias se aplica, (22.b) é agramatical.

### 3.2. As construções QU interrogativas no PE

Os princípios gerais que regulam as construções interrogativas do PE são os mesmos que atuam no E, sem ajustes. Porém, a sintaxe do PE reflete, não as propriedades temáticas das expressões QU como o faz o E, mas as propriedades lógico-semânticas dessas expressões segundo a classificação em (4). Esta classificação é derivada por Rouveret dos estudos de Haïk (1983) e Dobrovie-Sorin (1987).

Dessas expressões, consideremos em (23) as rotuladas (P)QU em (4.b):

- (23) a. O que viu a Maria?  
 b. \*O que a Maria viu?  
 c. João pergunta o que viu a Maria.  
 d. João pergunta o que a Maria viu.

Essas expressões funcionam como autênticos quantificadores: tem escopo sobre o domínio c-comandado, vinculam obrigatoriamente uma variável em posição A e se qualificam como elementos de conteúdo. Tais propriedades acarretam que as expressões (P)QU tenham de ser regidas para que, pertencendo a uma CR, possam satisfazer o PIM: elas só podem intersectar uma posição temática se forem regidas.

Ora, o PE não dispõe de regente interno a  $S=F''$  para a posição Comp.. Assumindo com Rouveret que a estrutura de (23.b) é

- (24)  $[C''[Espec^o \text{ que}]_i [C' [+tempo]_m [F'' a \text{ Maria} [F'' [FV]_m [V'' VY, X-Conc [N'' v]_i]]]]]$

a posição Espec não é regida: [+tempo] só rege o domínio que c-comanda; Conc, gerado diretamente em V, não pode reger através das fronteiras de projeção máxima intervenientes. Daí a agramaticalidade de (23.b).

Os outros exemplos de (23) se submetem ao PIM, pois a regência da posição ocupada por **o que** está, de uma forma ou de outra, assegurada: em (23.a) por **viu** (=V-Conc), anteposto; em (23.d) pelo verbo matriz (note-se que a posição ocupada por **o que** funciona como cabeça de C'' no PE); e em (23.c) por um ou outro dos dois regentes disponíveis (mas a opção deve ser pelo verbo anteposto por causa da identificação da cv, como veremos).

Satisfeito o PIM, resta saber como a posição vazia é identificada. Em (23.d) o verbo **viu in situ** identifica a posição vazia por seu traço de S-C como [-R, +an], isto é, como contendo uma variável anafórica. Em (23.a) e (23.c), cuja representação seria

- (25)  $(V)[C''[Espec^o \text{ que}]_i [C'[C [+tempo]_m][F''_1 VY, X-Conc_n [F''_2 a \text{ Maria} [F''_3 [FV]_m [V'' [Vv]_n [N'' v]_i]]]]]]]$

a posição  $[N, v]_i$  é também identificada por traço S-C da cabeça verbal, mas esse processo supõe que:

- na posição que ocupa, V tem acesso e é acessível a C e a Espec;
- o acesso a Espec decorre do fato de [+tempo] e V formarem um complexo de elementos [+V], complexo esse que vai reger Espec;

- dada a homogeneidade do traço [+V] desses elementos, forma-se uma cadeia [+V], relacionando a unidade complexa com suas posições de origem;
- [N''v]<sub>i</sub> é identificado através da cadeia [+V].

Uma análise paralela se aplica às construções interrogativas contendo expressões (P)QU adjuntas, elementos com as mesmas propriedades lógico-semânticas das expressões de (4.b) temáticas. O interessante é que um certo estatuto temático é derivado para aquelas expressões: sendo [+tempo] a cabeça de F'', os adjuntos funcionariam como argumentos "degenerados" de F. Desse modo, cria-se entre esses elementos uma relação de "dependência temática", o que explica a necessidade de anteposição do verbo (No E, essa relação não é disponível pois F é uma cabeça "degenerada").

Consideremos agora as construções que contêm o **que** (neutro), como as de

- (26) a. Que viu a Maria?  
 b. \*Que a Maria viu?  
 c. João pergunta que viu a Maria.  
 d. \*João pergunta que a Maria viu.

(26) deixa ver que a regência da posição [Espec, C''] não é o único fator em jogo. Se fosse, a anteposição de **viu** em (26.d) seria dispensável, já que a regência seria assegurada pelo verbo matriz.

A observação de que o **que** não tem autonomia fonológica, não podendo ocorrer **in situ**, permite a Rouveret derivar seu caráter clítico. Essa expressão não pertence à classe dos elementos de conteúdo e nem é dotada de conteúdo lógico inerente. Daí seu caráter de operador "degenerado" e serem restritos seus contextos de ocorrência. Ora, se **que** não é um elemento de conteúdo, ele não precisa se submeter ao PIM. Não é, portanto, o PIM que faz (26.b) e (26.d) serem rejeitados.

O que torna tais sentenças mal formadas é o fato de não satisfazerem o PIL (ou o Princípio de **Linking** Lexical, isto é, toda posição lexical tem de ser relacionada a um conteúdo, uma espécie de contraparte do PIM para as posições, que não será mais invocado nesse trabalho). Nenhuma das estratégias de identificação se aplica sem a anteposição do verbo (a representação é idêntica a (24)):

- traço de S-C - falha, pois **que** não é elemento de conteúdo, nem antecedente adequado para uma posição [+an];

- vinculação temática - falha, pois os elementos envolvidos, **que** (=clítico) e a cv não são dominados pela mesma projeção máxima;
- configuracional - falha, pois a posição, sendo identificada como [+R, -an], o antecedente não pode vinculá-la localmente.

Por outro lado, se o verbo é anteposto derivando uma representação idêntica a (25),  $[N''v]_i$  vai ser identificado. As propriedades selecionadas do verbo vão ser satisfeitas no complexo  $[[+tempo], V]$  pelo **que** e, mediante a cadeia [+V], a posição vazia é identificada por traço S-C.

Consideremos, por fim, as construções que contêm as expressões de (4.c), rotuladas (P)QU N, em

- (27) a. Que livros leu a Maria?  
 b. Que livros a Maria leu?  
 c. João pergunta que livros leu a Maria.  
 d. João pergunta que livros a Maria leu.

Onde o verbo externo ou interno à S' encaixada rege a posição Comp, as construções não apresentam problemas para a análise que vem sendo apresentada. O ponto a explicar reside em (27.b) onde a posição ocupada por **que livros** não é regida.

Outra vez, o comportamento sintático é derivado das propriedades lógico-semânticas da expressão interrogativa. As expressões (P)QU N, em oposição às outras expressões de (4), podem ser concebidas como unidades quantificacionais autônomas em relação a S: QU funciona como quantificador e N define o escopo da quantificação. Esta propriedade tem reflexos sobre a sintaxe do PE. Assim, uma expressão (P)QU N, embora dotada de conteúdo lexical (= dependente lexical), não funciona como quantificador autêntico que tem escopo sobre S. Daí as expressões (P)QU N não precisarem ser regidas para satisfazer o PIM. A sua relação com a cv se constrói por meio de uma regra de predicação em que a expressão seria um sujeito A' tendo como predicado a S c-comandada.

Esses rápidos apontamentos mostram como se explica o comportamento da anteposição do verbo nas construções interrogativas. Basicamente, o problema se resume em saber como a expressão QU satisfaz, se é que tem de satisfazer, o PIM e como a posição vazia satisfaz o PIL. O próximo passo é considerar as possibilidades de extração da expressão QU de ilhas interrogativas.

Note-se que o quadro (7) apresenta certas células duplamente marcadas (+/-) para o PE quando a expressão extraída é o argumento ex-

terno. Essa duplicidade depende da disponibilidade da identificação configuracional para aquela posição. No registro em que a estratégia configuracional não é disponível, a posição sujeito só pode ser identificada posicionalmente como [-R,+an]. Se a expressão QU correspondente não se encontra no domínio de localidade exigido por um elemento anafórico, a sentença é mal formada.

Por outro lado, a estratégia configuracional é disponível para identificar uma posição interna a V'' (quando o verbo é anteposto). Nesse caso, como a posição é [-an], a cv não precisa estar localmente vinculada. Trata-se então, de um pro "degenerado" que funciona derivativamente como uma variável.

As expressões QU adjuntas não podem ser extraídas de uma ilha interrogativa qualquer que seja a expressão QU que introduz a ilha. Conforme Rouveret, os adjuntos funcionam como argumentos "degenerados" de [+tempo]. São regidos por esta especificação embora não possam ser identificados por ela. Daí, a cv coindexada com eles ser intrinsecamente anafórica, exigindo vinculador local.

#### **4. AS CONSTRUÇÕES INTERROGATIVAS QU NO PB**

Os quadros (6) e (7) mostram comparativamente as diferentes estruturações sintáticas das construções interrogativas nas três línguas em foco. Antes de nos determos na análise do PB, vamos discutir, muito rapidamente, a possibilidade de estender as análises apresentadas às línguas para as quais elas não foram elaboradas, considerando apenas o fenômeno da anteposição do verbo.

Para esse propósito, a análise de Torrego (1984) é problemática. Se aplicada ao PE e ao E, ele não oferece justificção para o caráter obrigatório da anteposição do verbo, ao passo que é adequada ao caráter optativo da anteposição no PB: nesta língua são disponíveis opcionalmente a regência lexical e a regência por cadeia da cv coindexada com a expressão QU. Se aplicada ao PE, a análise de Torrego não explica ainda a assimetria anteposição obrigatória/optativa entre as expressões (P) QU e (P) QU N.

A análise de Ambar (1987) também enfrenta problemas se estendida ao E e ao PB. Para o E, a hipótese da cv implícita em certas expressões QU falha em dois sentidos: por um lado, as expressões adjuntas do tipo (P)QU não desencadeiam a anteposição do verbo e a cv associada à expressão QU ficaria sem regente (lexical); por outro lado, as expressões

(P)QU N temáticas, embora não comportem cv, contradizem a hipótese de Ambar de que é para reger a cv que o verbo é anteposto. Para o PB, à primeira vista, adotada a hipótese de Ambar para as expressões (P)QU (e **que** neutro), a cv ficaria sem regente quando o verbo não é anteposto. Se houvesse meio de prover um outro regente que não fosse o verbo, o problema seria contornado.

A análise de Rouveret (1987) foi construída abrangendo o E e o PE. De modo interessante, as diferenças entre as duas línguas não obrigam a reajustar os princípios da TVT e são derivadas da estruturação e dos parâmetros afeitos às categorias e suas projeções. Evidentemente, se é possível derivar para os fenômenos do PB uma análise explicativa que não fira os princípios em jogo, o modelo que subjaz à análise ganha em poder explanatório, pelo menos dentro do universo a que se circunscreve este trabalho. Dedicaremos as próximas páginas à tentativa de delinear tal análise.

Como vemos no quadro (6), o PB é diferente do E e do PE em que a anteposição do verbo nunca é obrigatória nas construções interrogativas, independente do estatuto quantificacional e da natureza temática da expressão QU:

- (28) a. O que/que/que livros leu o Manuel?  
b. O que/que/que livros o Manuel leu?  
c. João pergunta o que/que/que livros leu o Manuel.  
d. João pergunta o que/que/que livros leu o Manuel.<sup>3</sup>

- (29) a. ?Onde leu o Manuel o livro?  
b. Onde o Manuel leu o livro?  
c. ?João pergunta onde leu o Manuel o livro.  
d. João pergunta onde o Manuel leu o livro.

Ao contrário, certas restrições são impostas à anteposição do verbo, como mostram (29.a) e (29.c). Essas restrições decorrem, de acordo com Kato e Tarallo (1987), do fato de o verbo apresentar mais de um argumento foneticamente realizado. Veja-se que a restrição não se verificou em (28), dado que o movimento da expressão QU para Comp esvazia foneticamente a estrutura argumental de **leu** reduzindo-a a monoargumental. Além disso, a ordem preferencial, no PB falado pelo menos, é sujeito-verbo<sup>4</sup>, mesmo com uma estrutura foneticamente monoargumental. Por outro lado, uma sentença como

- (28) Quem viu o Manuel?

onde há ambigüidade no que se refere aos papéis temáticos de **quem** e **o Manuel** (o mesmo deve ocorrer no PE), a interpretação da sentença com anteposição do verbo é relativamente forçada.

Como conciliar esses dados com a análise de Rouveret e os princípios da TVT? Se o verbo não é anteposto para **o que** em (28.b), como essa expressão é enquadrada numa CR e como satisfaz o PIM? Note-se que este é um problema sério se tentamos transpor a análise efetuada para o PE para o PB. As construções contendo **que** não constituem um problema diferente a ser verdade que essa expressão não é átona (ver nota 3), como é o caso do PE.

Nas II podemos conceber, como para o PE, que o verbo matriz rege a posição ocupada pela expressão QU; nos casos de anteposição do verbo encaixado, esse vai desempenhar o papel de regente. Ambos os casos não são problemáticos para a análise que vem sendo desenvolvida: regida, a expressão pertencerá a uma CR por meio da qual o PIM será satisfeito.

Porém, quando se considera (28.b) (e (29.b)), vemos, em princípio, que a posição ocupada pela expressão QU não é regida, já que o verbo interno a S' não se antepôs. Aqui se abrem dois caminhos de análise.

O primeiro aponta na direção de se providenciar um regente para a posição Comp. Rouveret desenvolve para o francês uma análise em que Conc figura como regente. Isto ocorre numa estrutura como

(30) [C''QU<sub>i</sub>[C'[C[+tempo]]][F''N''[F'[F[+Conc]]][V''V[N''v<sub>i</sub>]]]]

A presença de [+tempo] em Comp (quando este contém material lexical=QU) tem por efeito descaracterizar F'' como barreira: [+tempo] rege o domínio c-comandado e a regência percola para a cabeça [+Conc]<sup>5</sup> de F''. Deste modo, a posição ocupada por QU<sub>i</sub> é acessível à regência por Conc e QU<sub>i</sub> pode ser integrado numa CR satisfazendo o PIM. Pode-se dar conta desse processo mediante a seguinte condição:

(31) Uma CR contendo uma expressão interrogativa (ou relativa) QU só é bem formada se QU satisfaz o PR (= se QU é regido).

Esta análise permite tratar as construções interrogativas como vem sendo feito. Entretanto, uma dificuldade faz com que não a adotemos: a identificação de [N''v].

Em (30) o PIL é satisfeito: a posição em questão é identificada por traço S-C como um lugar [-R,+an] e, já que QU a vincula localmente,

nenhum problema aparece. Mas, quando a expressão é extraída de uma ilha interrogativa, [ $N''v$ ] tem de ser identificada como [-an], o que ocorreria se fosse disponível a estratégia de identificação configuracional. Numa configuração como (30), [ $N''v$ ] não pode ser identificado configuracionalmente: a posição sujeito sendo interna e  $F''$ , (30) não satisfaz (18.b (ii)). Assim,

(32) Que meninos você não sabe quem encontrou

deveria ser considerada agramatical, o que não é compatível com os dados do PB.

Dadas as dificuldades apontadas no parágrafo anterior, adotamos outro caminho de análise que implicará a mesma estrutura sentencial do PE, com a posição de sujeito externa a  $F''$  (= (24), rejeitada no PE sem anteposição de V):

(33) [ $C''QU_i$  [ $C'$  [ $C$  [+tempo] $_m$ ] [ $F''N''_{i,j}$  [ $F''$  [ $FV$ ] $_m$  [ $V''V$ -Conc  $N''_{j,i}$ ] ]]]]]

Em (33) não há regente disponível para a posição  $QU_i$ : [+tempo] só rege o domínio de c-comando; Conc, gerado diretamente em V, também não se qualifica como regente. Então, se (33) representa uma sentença bem formada no PB, temos de concluir que a regência não é pertinente para a posição/expressão QU.

Agora, suponhamos que o PB não reflete sintaticamente<sup>6</sup> as diferentes propriedades lógico-semânticas das expressões QU: todas se comportam como as expressões (P)QU N no PE. Então, as expressões (P)QU não refletem sintaticamente a necessidade de vincular uma cv em S por meio de uma CR e não precisam satisfazer o PIM. Seu papel sintático deriva de sua particularidade posicional na estrutura. A posição Comp funcionará como a posição de um sujeito  $A'$  que toma como predicado o domínio S. A relação entre a expressão QU e a cv se constrói por Predicação.

Esse caminho de análise ganha plausibilidade se conseguirmos mostrar que a Predicação é um recurso constante no PB. Galves (1988) fornece elementos em favor dessa hipótese. Essa autora propõe uma análise em termos de Predicação para outros fenômenos do PB: o objeto nulo, o "alçamento" do objeto e do possuidor. Isso demonstraria que o recurso à Predicação para a análise das construções QU interrogativas não é um fato isolado.

A identificação da cv coindexada com a expressão QU não é problemática. Em (33) a posição  $N''$  sujeito é identificada posicionalmente

como um lugar [-R, +an]; por sua vez, a posição N'' objeto é identificado por traço S-C como um lugar igualmente [-R, +an]. Em ambos os casos, o índice variável é reescrito i e a cv é uma variável localmente vinculada pela expressão QU em Comp.

Quanto à possibilidade de extração de ilhas, consideremos

- (34) a. Que homem você quer saber o que enviou à Maria?  
b. a quem enviou a carta?  
c. quando enviou a carta à Maria?
- (35) a. Que carta você quer saber quem enviou à Maria?  
b. a quem João enviou?  
c. quando João enviou à Maria?
- (36) a. Para que pessoa você quer saber quem enviou a carta?  
b. o que João enviou?  
c. quando João enviou a carta?
- (37) a. \*Quando você quer saber quem enviou a carta à Maria?  
b. \* o que João enviou à Maria?  
c. \* a quem João enviou a carta?  
d. \* por que João enviou a carta à Maria?

Este é o paradigma completo para o PB, representado no quadro (7). Qualquer expressão QU não adjunto pode ser extraída de uma ilha interrogativa independente da natureza temática da expressão introduzindo a ilha QU.

Os dados (34)-(37) põem, imediatamente, que as posições de onde são extraídas as expressões QU sejam identificáveis como [-an] e que a cv correspondente seja um pro "degenerado" interpretado como variável. Esta opção só não é disponível para as posições de adjunto que, não sendo dependente temático do verbo, são intrinsecamente [+an]. Isto implica que a estratégia de identificação configuracional é possível para toda posição temática do verbo, seja a de argumento externo, interno ou dativo.

Resumindo, uma análise na linha da TVT pode ser adequada às construções interrogativas QU do PB. A solução para os dois problemas enfocados é perfeitamente derivável: o recurso à Predicação, assumindo que as propriedades lógico-semânticas das expressões QU são invisíveis para o PB (como, de resto, para o E), dá conta do caráter não necessário

da anteposição do verbo; a disponibilidade da estratégia configuracional para identificar as posições argumentais e temáticas permite explicar as diversas possibilidades de extração da expressão QU de ilhas interrogativas.

## 5. CONCLUSÃO

Tentamos mostrar ao longo do trabalho que as construções QU interrogativas em que há a anteposição do verbo criam certos problemas para uma análise que dispõe do PCV, pelo menos quando formulado como em (8). A análise de Torrego (1984), mesmo a partir da reformulação de (8) para (11), apresenta problemas residuais; o mesmo para a análise de Ambar (1987), apesar de essa autora manter a formulação (8) para o PCV. A extensão das duas análises a outras línguas permite ver a falta de generalidade das propostas.

Por sua vez, a análise de Rouveret (1987), já testada para o PE e para o E, pode ser transposta para o PB assumindo-se a Regra de Predicação e a disponibilidade de identificar a posição sujeito como [-an] configuracionalmente. Para as três línguas, as possibilidades de identificação são resumidas no seguinte quadro:

(36) Possibilidades de Identificação das cv

	AE			AI			AD		
	estr.	lugar	cv	estr.	lugar	cv	estr.	lugar	cv
E	pos	[+an]	vrv	S-C	[+an]	vrv	S-C	[+an]	vrv
	conf	[-an]	pro				conf	[-an]	pro
PE*	pos	[-an]	vrv	S-C	[+an]	vrv	S-C	[+an]	vrv
				conf	[-an]	pro	conf	[-an]	pro
PB	pos	[+an]	vrv	S-C	[+an]	vrv	S-C	[+an]	vrv
	conf	[-an]	pro	conf	[-an]	pro	conf	[-an]	pro

Só o PB (e o registro minoritário do PE) dispõe da estratégia configuracional para identificar as três posições. Nesse caso, trata-se de um pro “degenerado” interpretado derivativamente como uma variável.

## NOTAS

1. Necessário frisar que o que carece de regência é a posição e não a expressão QU. Se assim fosse, a ocorrência de preposição junto à expressão seria suficiente para dispensar a anteposição do verbo.

2. Note-se que numa seqüência de S' encaixadas como

- (i) Qué artículo pensaba Juan que le había dicho Pedro que había publicado la revista?
- (ii) Qué artículo pensaba Juan que le había dicho Pedro que la revista había publicado?

a expressão Qu movida pode saltar a última S': não deixa vestígio em Comp e, portanto, não desencadeia a anteposição do verbo. Isto não é problemático uma vez que a posição vazia pode ser identificada pelo verbo *in situ* por traço S-C como uma posição [-R, -an], podendo vincular-se à distância.

3. O **que** será simplesmente tratado como as expressões (P)QU. No PB é um elemento de densidade fonológica muito mais forte que no PE. Essa autonomia fonológica permite sua ocorrência *in situ*. Observe-se a ambigüidade de

- (i) Que Maria comprou (sem pagar)?

onde a expressão QU pode ser **que** ou **que Maria**. No primeiro caso o **que** é tônico. Além disso, é muito freqüente a ocorrência na fala de **que (é) que**. A luz desses fatos, não parece impróprio tratar o **que** desse modo.

4. Quando a sentença contém auxiliar, como **ter** por exemplo, três são as ordens possíveis, uma a mais que no PB (ver Ambar (1986)):

- (i) O que a Maria tem lido?
- (ii) O que tem a Maria lido?
- (iii) O que tem lido a Maria?

A ordem preferencial continua sendo (i). Então, nem mesmo a anteposição do auxiliar para reger **o que** é requerida, à diferença do que acontece em inglês.

5. Restará ainda explicar como será regida a expressão QU em sentenças como

- (i) O que fazer?/Quem convidar?

Nesse caso, sendo especificado pelo traço [-Conc], F não poderá funcionar como regente. Talvez fosse o caso de afirmar que este é o único caso em que o verbo é anteposto, pois a regência da posição Comp precisaria ser assegurada. Na forma fonológica nunca haverá um sujeito lexical impedindo que se conceba (i) como resultado de anteposição. Veja-se a agramaticalidade de

(ii) \*O que João fazer?/ \*O que fazer João?

6. Embora não haja reflexos sintáticos, as expressões (P)QU e (P)QU N são distintas em um aspecto: como aponta Lobato (1988) as expressões (P)QU N podem ser relevantes na interpretação de sentenças como

(i) \*O que<sub>i</sub> as fotos que cv<sub>i</sub> tinham desapareceram

(ii) Que álbum<sub>i</sub> as fotos que cv<sub>i</sub> tinham desapareceram (p.22)

Este pode ser considerado um efeito das estrutura quantificacionalmente autônoma das expressões (P)QU N.

7. Alguns falantes acham que em (34.b) a sentença é pior com a expressão **quem** no lugar de **que homem**. Em vez de considerar esse fato paralelo ao apontado na nota 6, preferimos atribuí-lo à igualdade fonológica entre as duas expressões QU. Com efeito, esses falantes consideram melhor

(i) Quem você quer saber para que mulher enviou a carta?

onde se elimina a igualdade fonológica mudando a expressão QU da ilha.

## BIBLIOGRAFIA

- AMBAR, M. (1987). Gouvernement et Inversion dans les Interrogatives QU en Portugais. *Recherches Linguistiques*, 18.
- (1986) Inversion, Auxiliaries and the Barrierhood Status of IP. Faculdade de Letras de Lisboa (mimeo).
- AOUN, J. (1986). *Generalized Binding, the syntax and Logical Form of wh-interrogatives*. Dordrecht, Paris.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Paris.
- (1982) Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding. *Linguistic Inquiry Monograph*, 6. MIT PRESS, Cambridge, Massachusetts.
- (1986) *Barriers*. Linguistic Inquiry Monograph, 13 Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- DOBROVIE-SORIN, C. (1987). *Syntaxe du Roumain: Chaines Thématiques*. Thèse de Doctorat d'État. Université de Paris 7.
- GALVES, C. (1988). Objeto Nulo e Predicação: elementos para uma caracterização da sintaxe do Português Brasileiro. Unicamp. (mimeo).
- HAIK, I. (1983) On Clitic **en** in French. *Journal of Linguistic Research*, 2. (citado por Rouveret).

- KATO, M. & TARALLO, F. (1987) Harmonia Transistêmica: variação intra- e inter-lingüística. Comunicação apresentada no Encontro da ANPOLL, UFRJ.
- LOBATO, L. (1988). PCV, Subjacência e Categorias Vazias do Português. UNB. (mimeo).
- ROUVERET, A. (1987) **Syntaxe des Dépendences Lexicales. Identité et Identification dans la Théorie Syntaxique.** Thèse de Doctorat d'État. Université de Paris VII.
- TORREGO, E. (1984). On Inversion in Spanish and Some of its Effects. **Linguistic Inquiry 15.**